

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL
Recife - PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eletricidade do Brasil S.A. – EBRASIL em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras consolidadas, em 2016 a controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA (“Controlada”) reconheceu ao custo de transação na rubrica Impostos a recuperar, no ativo não circulante, o montante de R\$ 50.858 mil referente a créditos oriundos de diferimento de ICMS substituição tributária do Estado de Pernambuco sobre compra de óleo diesel. Pelo fato da Controlada não deter o controle sobre o reembolso e consequente realização deste crédito, esse crédito deveria ser tratado como um instrumento financeiro e, portanto, ser mensurado ao seu valor justo. Contudo, desde seu reconhecimento inicial em 2016 a Controlada não estimou o valor justo desse instrumento financeiro. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Controlada reconheceu integralmente no exercício corrente a baixa desse ativo financeiro sem mensurá-lo a valor justo e sem avaliar se parte desse ajuste se referia a exercícios anteriores, o que ensejaria a retificação dos respectivos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Se a Controlada tivesse efetuado a análise do valor justo e da respectiva competência do ajuste da mensuração a valor justo do crédito, o lucro líquido do exercício corrente, individual e consolidado, e certas rubricas dos valores correspondentes apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos dos ajustes relacionados a esse assunto.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



Raniery Borges Marques
Contador CRC 1SP217700/O-3

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019	2020	2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	63.213	22.519	142.186	107.962	Fornecedores	15	123	20	9.719	9.057
Contas a receber de clientes	9	-	-	36.040	22.583	Empréstimos e financiamentos	16	-	6.058	-	6.058
Estoques	10	-	-	20.575	19.764	Debêntures	17	56.230	56.124	69.383	69.733
Impostos correntes	30	229	229	7.765	5.575	Impostos e obrigações tributárias	18	-	-	1.336	992
Impostos a recuperar	11	2.314	2.097	4.058	3.850	Impostos correntes	30	20	15	3.076	5.129
Outras contas a receber	12	6.393	4.598	10.070	9.677	Obrigações estimadas		-	-	3	21
Total do ativo circulante		72.149	29.443	220.694	169.411	Taxas regulamentares	19	-	-	12.590	11.706
Não circulante						Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	120.468	199	200	199
Outras contas a receber	12	1.348	220	13.786	11.578	Dividendos a pagar		887	887	1.554	887
Impostos a recuperar	11	-	-	-	50.858	Instrumentos financeiros - derivativos	30	8.082	-	8.082	-
Tributos fiscais diferidos	22	-	-	3.149	3.149	Outras contas a pagar	20	-	-	2.748	2.527
Partes relacionadas - mútuos a receber	24	1.636	1.510	20.420	1.419	Total do passivo circulante		185.810	63.303	108.691	106.309
Investimentos	13	1.085.642	1.142.732	871.271	1.039.211	Não circulante					
Imobilizado	14	-	-	137.863	147.544	Debêntures	17	138.495	194.444	168.091	238.291
Intangível		-	-	18	34	Partes relacionadas - mútuos a pagar	24	-	-	2.077	1.550
Total do ativo não circulante		1.088.626	1.144.462	1.046.507	1.253.793	Provisão para contingência	21	-	-	1.135	1.048
						Taxas regulamentares	19	-	-	10.089	9.808
						Impostos diferidos	22	-	-	29.441	26.201
						Total do passivo não circulante		138.495	194.444	210.833	276.898
						Patrimônio líquido	23				
						Capital social		120.590	120.590	120.590	120.590
						Adiantamento para futuro aumento de capital		385.488	385.488	385.488	385.488
						Reserva de capital		82.512	82.512	82.512	82.512
						Reserva de lucros		247.880	327.568	247.880	327.568
						Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		836.470	916.158	836.470	916.158
						Participação de não controladores		-	-	111.207	123.839
						Total do patrimônio líquido		836.470	916.158	947.677	1.039.997
Total do ativo		1.160.775	1.173.905	1.267.201	1.423.204	Total do passivo e patrimônio líquido		1.160.775	1.173.905	1.267.201	1.423.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Eletrecidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	25	-	-	631.674	167.728
Custo dos produtos vendidos	26	-	-	(524.331)	(66.835)
Lucro bruto		-	-	107.343	100.893
(Despesas) receitas operacionais					
Gerais e administrativas	27	(1.436)	(1.885)	(23.432)	(17.330)
Outros receitas	28	-	-	26	183
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.436)	(1.885)	83.937	83.746
Receitas financeiras	29	5.500	1.790	11.221	5.934
Despesas financeiras	29	(14.491)	(14.058)	(20.393)	(21.690)
Despesas financeiras líquidas	29	(8.991)	(12.268)	(9.172)	(15.756)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		(10.427)	(14.153)	74.765	67.990
Resultado de equivalência patrimonial	13	(52.571)	117.101	(135.071)	58.222
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(62.998)	102.948	(60.306)	126.212
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	30	-	-	(24.776)	(23.761)
Diferidos	30	-	-	(3.239)	(3.239)
Incentivo fiscal Sudene	30	-	-	13.801	14.847
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(62.998)	102.948	(74.520)	114.059
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(62.998)	102.948	(62.998)	102.948
Acionistas não controladores		-	-	(11.522)	11.111
Resultado do exercício		(62.998)	102.948	(74.520)	114.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(62.998)	102.948	(74.520)	114.059
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>(62.998)</u>	<u>102.948</u>	<u>(74.520)</u>	<u>114.059</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(62.998)	102.948	(62.998)	102.948
Acionistas não controladores	-	-	(11.522)	11.111
Resultado abrangente total	<u>(62.998)</u>	<u>102.948</u>	<u>(74.520)</u>	<u>114.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Atribuível aos acionistas controladores								
Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros			Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	
				Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	23	120.590	385.488	82.512	23.046	246.413	-	858.049	74.758	932.807
Efeito do ajuste da participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	37.970	37.970
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	102.948	102.948	11.111	114.059
Destinações:										
Constituição de reserva legal	23	-	-	-	1.072	-	(1.072)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	(25.469)	(25.469)	-	(25.469)
Dividendo pago	23	-	-	-	-	-	(19.370)	(19.370)	-	(19.370)
Reclassificação para reserva de retenção de lucros	23	-	-	-	-	57.037	(57.037)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		120.590	385.488	82.512	24.118	303.450	-	916.158	123.839	1.039.997
Efeito de ajuste no resultado dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(1.110)	(1.110)
Dividendos pagos	23	-	-	-	-	(16.690)	-	(16.690)	-	(16.690)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(62.998)	(62.998)	(11.522)	(74.520)
Absorção do prejuízo do exercício com saldo de reservas de lucros		-	-	-	-	(62.998)	62.998	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		120.590	385.488	82.512	24.118	223.762	-	836.470	111.207	947.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(62.998)	102.948	(74.520)	114.059
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	87	-
Equivalência patrimonial	52.571	(117.101)	135.071	(58.222)
Baixa de ágio de investimento	-	-	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	40	102
Participação de não controladores	-	-	(1.110)	11.111
Depreciação e amortização	-	-	9.917	12.409
Impostos correntes	-	-	10.975	8.914
Impostos diferidos	-	-	3.239	3.239
Baixa por não realização de impostos a recuperar	-	-	50.858	-
Redução no ativo diferido	-	-	-	971
Outras despesas financeiras líquidas	-	-	-	-
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	(2.318)	-	(2.318)	-
Juros provisionados mútuo com partes relacionadas	1.257	-	(247)	-
Juros provisionados empréstimos	832	2.918	832	2.918
Juros provisionados debêntures	9.914	7.642	14.646	13.694
	(742)	(3.593)	147.470	109.195
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(13.457)	38.818
Impostos a recuperar	(217)	(961)	(2.397)	(3.217)
Estoques	-	-	(811)	17
Outros ativos	(3.973)	(683)	(9.370)	9.042
Fornecedores	103	(7)	662	(2.395)
Impostos e contribuições, líquido	408	13	(2.167)	(2.983)
Outros passivos	-	-	2.035	(4.996)
Caixa (aplicado nas) originado das atividades operacionais	(4.421)	(5.231)	121.965	143.481
Juros de empréstimos bancários pagos	(95)	(2.926)	(95)	(2.926)
Juros de debêntures pagos	(10.202)	(8.013)	(15.390)	(15.069)
Impostos pagos	(403)	-	(10.517)	(3.189)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades operacionais	(15.121)	(16.170)	95.963	122.297
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Aumento de capital em investidas	(12.523)	(174.822)	(1.400)	(195.250)
Dividendos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	92.166	128.574	41.038	68.021
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(124)	(308)	(18.383)	(308)
Recurso proveniente de alienação de imobilizado	-	-	-	772
Aquisições de imobilizado	-	-	(260)	(278)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades de investimentos	79.519	(46.556)	20.995	(127.043)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recurso proveniente de derivativos	10.400	-	10.400	-
Captação de debêntures	-	250.000	-	250.000
Amortização do valor principal - debêntures	(55.556)	(50.000)	(69.806)	(63.154)
Captação de empréstimos via mútuo com partes relacionadas	115.265	300	157	489
Amortização do principal de empréstimos - mútuo com partes relacionadas	(70.329)	-	-	-
Amortização do principal dos empréstimos bancários	(6.795)	(70.226)	(6.795)	(70.226)
Pagamento de dividendos a acionistas	(16.689)	(44.839)	(16.690)	(44.839)
Fluxo de caixa líquido (utilizados nas) proveniente das atividades de financiamento	(23.704)	85.235	(82.734)	72.270
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	40.694	22.509	34.224	67.524
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	22.519	10	107.962	40.438
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	63.213	22.519	142.186	107.962
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	40.694	22.509	34.224	67.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Eletricidade do Brasil S.A. (“EBRASIL” ou “Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife - Pernambuco. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar em outras Companhias, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’).

A Companhia é uma controlada integral da DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

O capital circulante líquido da Controladora e Consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$ 113.661 e positivo em R\$ 112.003, respectivamente (R\$ 33.860 negativo e R\$ 63.102 positivo para a controladora e consolidado, respectivamente em 2019). Como forma de garantir os compromissos financeiros futuros, a Companhia e suas controladas poderão contar, caso necessário, com o suporte financeiro advindo de seu acionista controlador e com limites de créditos já pré-aprovados por instituições financeiras. Vale ressaltar que, existe um saldo relevante de transações com partes relacionadas entre as empresas do Grupo no passivo circulante da controladora no montante de R\$ 120.468 (R\$ 199 em 2019). Se os saldos a pagar com partes relacionadas forem desconsiderados, o capital circulante líquido da controladora passa a ser positivo em R\$ 6.807 em 2020 e negativo em R\$ 33.661 em 2019. Adicionalmente, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o Grupo vem amortizando normalmente suas dívidas com terceiros relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures, de forma que para os vencimentos que ocorrerão em 2021, a Administração não espera dificuldades em cumprir com essas obrigações levando em consideração, entre outros fatores, o relacionamento com as instituições financeiras.

Adicionalmente, o Grupo apresenta histórico de fluxo de caixa operacional positivo no consolidado no montante de R\$ 95.963 em 2020 (R\$ 122.297 em 2019) e patrimônio líquido consolidado no montante de R\$ 947.677 em 2020 (1.039.997 em 2019), e dessa forma a Administração entende que não existe incerteza quanto à continuidade operacional do Grupo.

1.1 Impactos decorrente do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo Coronavírus (“COVID 19”). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil.

O Grupo tem o compromisso de, junto com colaboradores, parceiros e clientes, enfrentar os desafios da pandemia da COVID-19. O Grupo trabalha para ser parte da solução e garantir a preparação frente a este desafio, com foco em manter as operações com o mínimo de impacto nos clientes, promover o bem-estar dos colaboradores e contribuir para minimizar os riscos para a comunidade.

O Grupo continua operando regularmente, as receitas do segmento de sua principal investida operacional a EPESA está substancialmente atrelada à disponibilidade da infraestrutura de geração termoeletrica bem como ao valor do Custo Variável Unitário - CVU. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade das geradoras causada pelas medidas de combate à COVID-19.

O Grupo não espera um aumento significativo nas estimativas de perda da sua carteira de recebíveis, decorrentes dos efeitos da COVID 19, dado as características do seu negócio e perfil dos seus clientes.

A Administração monitora de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, caso necessário. Até o momento, as operações do Grupo não foram impactadas pelo surto do coronavírus.

De forma geral, o Grupo empenhou e, segue empenhando, esforços para se adaptar à nova realidade causada pela pandemia do COVID-19, e atender às normas da Organização Mundial da Saúde e autoridades sanitárias com a implementação dos protocolos sanitários necessários para as características de sua atividade e do trabalho desenvolvido pelos empregados e prestadores de serviços para evitar o contágio no local de trabalho, os quais contemplam realização de controle sanitário com medição da temperatura corporal dos colaboradores, antes que esses adentrem às instalações da empresa, cumprimento de todos os Decretos/Leis emitidos pelos Municípios, Estados e União, incluindo uso obrigatório de máscara.

1.2 Relação de entidades controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía participações societárias em controladas e coligadas conforme relacionado abaixo:

	País	Participação acionária	
		2020	2019
Investidas diretas			
EBrasil Energia Ltda. ("EBE")	Brasil	89,50%	89,50%
EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	Brasil	99,99%	99,99%
Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA")	Brasil	83,60%	83,60%
EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	Brasil	99,99%	99,99%
Termocabo S.A. ("Termocabo")	Brasil	24,00%	24,00%
EBrasil Petróleo e Gás Ltda.	Brasil	94,40%	-
EBrasil LNG Holding Ltda.	Brasil	83,60%	-
EBrasil Energias Renováveis Ltda.	Brasil	100%	-
Investidas indiretas			
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	Brasil	50,00%	50,00%
Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA")	Brasil	25,00%	25,00%
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSE")	Brasil	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Brasil	41,66%	41,66%

a. Investidas diretas

(i) Controladas

• **Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. (“EPESA”)**

A EPESA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomanaus, com potência instalada de 94,05 MWh e 142,65 MWh, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009.

• **EBrasil Energia Ltda. (“EBE”)**

A EBE é uma Empresa limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. A EBE possui participação acionária na de 50% na CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A, que por sua vez possui 100% de participação acionária na CELSE – Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Em 4 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros.

➤ **Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. (“CELSEPAR”)**

A CELSEPAR é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 11 de dezembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Empresa, é na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, Brooklin Paulista, São Paulo - SP e tem por objeto a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. Em 16 de março de 2018, a CELSEPAR adquiriu 100% de participação societária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A..

➤ **Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (“CELSE”)**

A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes. Em abril de 2015, a CELSE foi vencedora do Leilão de Energia Nova A-5, realizado pelo governo brasileiro, estabelecendo 26 Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR ou PPA - Contrato de Compra de Energia) por 25 anos com diversas distribuidoras de energia no Brasil. Consequentemente, a CELSE implementou um PPA com 26 empresas para fornecer energia elétrica com a venda de toda a capacidade instalada do Projeto de 1,5 GW, em 21 de março de 2020, após realização de testes, CELSE entrou em operação comercial, fazendo jus, desde essa data ao recebimento da Receita Fixa.

➤ ***Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional)***
("CEBARRA")

A CEBARRA tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) a importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista.

● ***EBrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")***

A ENORTE é uma Empresa limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (controlada da Eletrobrás S.A). O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R\$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2020 e 2019, a participação em leilões não logrou êxito e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decurso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões.

● ***EBrasil Gás e Energia S.A. ("EGÁS")***

A EGÁS é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Recife, Estado de Pernambuco, e tem por objeto a participação societária em outras sociedades. Em 2018, passou a deter 41,66% das ações da EPASA – Centrais Elétricas da Paraíba S.A.

➤ ***Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")***

A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradores termelétricas denominadas Termonordeste e Termoparaíba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MWh cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente.

Novas empresas

Visando novas perspectivas de negócios, foram constituídas novas empresas relacionadas abaixo. Até o término do exercício de 2020 não existiram movimentações que impactassem na apresentação destas demonstrações financeiras, adicionalmente, a Companhia possui o compromisso de efetuar as respectivas integralizações de capital nas investidas até 31 de dezembro de 2021:

- ***Ebrasil Petróleo e Gás Ltda.***

A Ebrasil Petróleo e Gás, é uma sociedade limitada com sede em Recife- PE constituída em 22 de julho de 2016 sob a antiga denominação Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Eireli, tem por objeto a exploração, valiação, desenvolvimento, produção e comercialização de petróleo, gás natural, seus derivados, bem como a comercialização de produtos, equipamentos e materiais de produção de petróleo, gás natural, seus derivados, tanto no atacado quanto no varejo.

- ***Ebrasil LNG Holding Ltda.***

A Ebrasil LNG Holding é uma sociedade limitada com sede em Recife- PE constituída em 19 de agosto de 2020 e tem por objetivo a participação em outras sociedades, exercendo atividades de gestão empresarial.

- ***Ebrasil Energias Renováveis Ltda.***

A Ebrasil Energias Renováveis é uma sociedade limitada com sede em Recife- PE constituída em 21 de outubro de 2020 e tem por objetivo a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

(ii) Coligada

- ***Termocabo S.A. (“Termocabo”)***

A Termocabo é uma Companhia anônima de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ e uma usina termelétrica localizada em Cabo de Santo Agostinho - PE. Foi constituída em 22 de agosto de 2001 e iniciou suas operações em setembro de 2002, com capacidade geradora de 48 MW para atender ao contrato firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo término ocorreu em dezembro de 2005 junto com o fim do Programa Emergencial do Governo Federal. A Usina participou e venceu um leilão em julho de 2007 e possui contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (“CCEAR”) pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

O Grupo também se utiliza, de forma espontânea e não obrigatória, das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida; e
- **Nota explicativa 7(a)** - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida.

(b) Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 14** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
-
- **Nota Explicativa nº 31** - Instrumentos financeiros: principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, do Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo e suas investidas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Quando disponível, do Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, do Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, do Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se do Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 31– Instrumentos Financeiros.

5 Mudança nas principais políticas contábeis

Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia, conforme descrito na nota 7(p).

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base para consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou quando tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de influenciar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e controladas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle suas políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(v) *Critérios de consolidação*

A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; e destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre as Companhias, são eliminados na preparação das informações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investida registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Companhia. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. *Receita operacional*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. As receitas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada.

De forma geral, as receitas decorrem de contratos de fornecimento de energia elétrica, sendo parcela mensal fixada em contrato e variável, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita variável pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente.

Receita Energia Elétrica no Ambiente de Comercialização Livre

Na operação de contratação em ambiente livre, o Grupo tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

d. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Plano de saúde médico, ajuda educacional e participação nos resultados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas ou custos conforme o serviço relacionado seja cobrado. O Grupo não possui acordos de pagamentos baseados em ações, planos de contribuição definida, planos de benefício definidos ou qualquer outro benefício de longo prazo a empregados.

e. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1). Incentivos governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA possui o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região das extintas Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução/isenção do Imposto de Renda de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, de acordo com a atividade da EPESA.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre variações no valor justo de ativos financeiros e ganhos em aplicações financeiras e empréstimos a partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado “pro rata” dia com base no método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos a partes relacionadas, financiamentos e debêntures. Custos que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g. *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anualmente para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração do Grupo conduziu análises referente ao ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro referente aos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais e não identificou tratamentos que potencialmente poderiam expor o Grupo a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração do Grupo avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pelo Grupo sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição. Quando os estoques são aplicados no processo de geração de energia, o custo médio desses itens é reconhecido como custo do período em que a respectiva receita é reconhecida.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo fretes e demais encargos financeiros capitalizáveis, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (impairment), se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Reposição de ativos

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes (em anos):

	Anos
Máquinas e equipamentos - Grupos geradores e sistema de tancagem (Aneel)	30
Máquinas e equipamentos – Outros	10
Instalações industriais	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos eletrônicos	5
Veículos	5
Construções	25

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A Administração avaliou que não existiram mudanças em relação a vida útil dos bens com relação à utilizada no exercício anterior.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos de Swaps e opções de compra e venda em moeda estrangeira. O objetivo das operações envolvendo derivativos está sempre relacionado à operação do Grupo e à redução de sua exposição aos riscos de moeda e mercado, devidamente identificados por políticas e diretrizes estabelecidas. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração do Grupo. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo no resultado.

Ganhos/Perdas relacionados a instrumentos financeiros derivativos relacionados a riscos cambiais e de juros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

k. *Capital social*

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

l. *Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment*

Ativos financeiros não-derivativos

O CPC 48 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida.

Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o Grupo levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação do Grupo.

O Grupo não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras, em virtude de não ter histórico de perdas efetivas com clientes.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não possuía ativos não financeiros com vida útil indefinida.

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o. Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

p. Novas normas e interpretações adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); e
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	197	135	14.659	4.361
Aplicações financeiras	63.016	22.384	127.527	103.601
	63.213	22.519	142.186	107.962

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez. As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2020 e 100% em 31 de dezembro 2019.

9 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	2020	2019
<u>EPESA:</u>		
Clientes faturados (i)	10.663	3.871
Clientes a faturar (ii)	15.517	11.019
Mercado de Curto Prazo CCEE (iii)	9.785	7.517
Clientes diversos	69	64
<u>ENORTE:</u>		
Clientes faturados	-	112
<u>EGÁS</u>		
Clientes diversos	6	-
	36.040	22.583

O saldo de contas a receber refere-se, substancialmente, à apropriação de receitas relativas aos contratos de disponibilidade de energia elétrica da controlada EPESA.

A Administração do Grupo entende que é desnecessário o registro das de perdas de crédito esperadas, dado que não existe expectativa de não recebimento futuro, visto que não existe histórico de perdas efetivas com clientes.

- (i) O saldo em contas a receber é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável.

O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente.

Considerando que o contas a receber possui vencimento máximo em 40 dias, a partir do faturamento, não é aplicável ajustar ao valor presente.

- (ii) Os valores de clientes a faturar correspondem à receita de geração por disponibilidade, que é faturada no mês subsequente, sendo transferidos para clientes faturados, em conformidade com a regulação do setor.

Por força da escritura de emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 17), a controlada EPESA cedeu à totalidade da sua receita fixa mensal em garantia, recebendo mensalmente em uma conta centralizadora da Caixa Econômica Federal, e somente após a amortização dos juros, principal e constituição da conta reserva do serviço da dívida, a Companhia terá os recursos disponíveis em sua conta corrente. Além dos debenturistas, a controlada cedeu eventual recebível oriundo da geração de energia como garantia para o fornecedor do combustível (Nota Explicativa nº 15).

- (iii) A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia adquirida pelo Grupo no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no 5º dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento.

10 Estoques (Consolidado)

Os estoques do Grupo são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos ou transformados no processo de geração de energia. O método de avaliação dos estoques de insumos (principalmente combustível) é custo o médio.

	2020	2019
Óleo diesel (i)	13.388	12.553
Lubrificantes	78	101
Peças de reposição e manutenção (ii)	7.109	7.110
	20.575	19.764

- (i) Aquisição de óleo diesel para geração, a partir de despachos do ONS.
- (ii) As controladas mantêm em seus estoques peças de reposição necessárias à recolocação em operação das máquinas e dos equipamentos vinculados à geração de energia, bem como para manutenção dos bens em geral.

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS	-	-	1.127	1.137
Imposto de renda retido na fonte	2.314	2.097	2.415	2.198
ICMS ST a ressarcir (i)	-	-	-	50.858
Outros	-	-	516	515
	2.314	2.097	4.058	54.708
Circulante	2.314	2.097	4.058	3.850
Não circulante	-	-	-	50.858

- (i) **Controlada EPESA:** Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a Companhia o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Companhia está classificando no ativo não circulante.

Em conformidade com a Lei nº 15.616 de 08 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem considerar o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo de aquisição do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fornecimento do óleo diesel deste período.

Durante o exercício de 2020, a Administração da Controlada reavaliou a expectativa de realização do referido montante e pelo fato da Controlada não deter o controle sobre o reembolso, bem como a consequente realização deste crédito, optou pela baixa integral desse ativo no exercício corrente.

12 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Conta reserva do serviço da dívida (i)	-	-	5.280	5.158
Dividendos a receber (ii)	6.305	4.537	2.722	4.537
Depósitos judiciais (iii)	-	-	5.644	5.968
Despesas antecipadas	-	-	523	435
Serviços em curso (iv)	-	-	4.111	2.533
Adiantamento a fornecedores	60	34	848	1.443
Outros recebíveis	1.376	247	4.728	3.241
	7.741	4.818	23.856	21.255
Circulante	6.393	4.598	10.070	9.677
Não circulante	1.348	220	13.786	11.578

- (i) No consolidado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, a controlada EPESA precisa manter em conta reserva o equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora mantida na Caixa Econômica Federal.
- (ii) O saldo de dividendos a receber na controladora corresponde a saldo de devolução de dividendos junto a controladora DC Energia no montante de R\$ 2.060, dividendos declarados da EPESA no montante de R\$ 3.583 e da Termocabo no montante de R\$ 662.
- (iii) Os depósitos judiciais são substancialmente da controlada EPESA referente a disputa com o fabricante de equipamentos e ao valor da multa correspondente ao auto de infração da ANEEL, relativo a não conformidades apuradas em processo de fiscalização, descrito na Nota Explicativa nº 21.
- (iv) Compreendem gastos reembolsáveis bem como gastos com projetos em andamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), instituído pelas Resoluções Normativas ANEEL n.º 316/2008 e 504/2012, que após o encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar.

13 Investimentos

Composição da conta

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ebrasil Energia Ltda. ("EBE")	609.922	753.742	-	-
Ebrasil Gás e Energia S.A. ("EGAS")	185.825	184.625	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. ("EPESA")	190.278	180.348	-	-
Termocabo S.A. ("Termocabo")	15.328	11.834	15.328	11.834
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	10.215	12.183	-	-
Ebrasil Petróleo e Gás Ltda. ("Petróleo e Gás")	73.066	-	-	-
Ebrasil Energias Renováveis Ltda. ("Energias Renováveis")	1.000	-	-	-
Ebrasil LNG Holding Ltda. ("LNG Holding")	8	-	-	-
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	-	-	670.006	842.578
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	-	-	185.937	184.799
	1.085.642	1.142.732	871.271	1.039.211

b. Informações sobre as investidas

2020										
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Outros ajustes no resultado de equivalência	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial ajustada	Saldo do investimento
Investidas diretas										
Ebrasil Energia Ltda.	11.319	671.708	8	2.864	680.155	(174.686)	-	89,50%	(156.344)	609.922
Ebrasil Gas e Energia S.A.	162	186.026	12	352	185.825	35.791	5.177	99,99%	40.964	185.825
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	139.477	265.335	46.500	129.995	228.316	73.700	110	83,60%	61.723	190.278
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda.	4.126	6.665	27	549	10.215	(2.180)	-	99,99%	(2.180)	10.215
Termocabo S.A (i)	64.652	30.449	28.540	2.694	63.867	13.620	-	24,00%	3.269	15.328
Ebrasil LNG Holding Ltda. (ii)	10	-	1	-	9	(1)	-	83,60%	(1)	8
Ebrasil Energias Renováveis Ltda. (ii)	1.000	-	-	-	1.000	-	-	100,00%	-	1.000
Ebrasil Petróleo e Gás Ltda. (ii)	188	715	-	-	903	(2)	-	94,40%	(2)	73.066
Total controladora em 31 de dezembro de 2020	220.934	1.160.898	75.088	136.454	1.170.290	(53.758)	5.287	-	(52.571)	1.085.642
Investidas indiretas										
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	12.799	2.032.728	276.971	428.544	1.340.012	(347.944)	-	50,00%	(173.972)	670.006
Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA	349.437	382.076	90.428	194.804	446.281	85.527	-	41,66%	35.632	185.937
Total consolidado em 31 de dezembro de 2020 (i)	362.236	2.414.804	367.399	623.348	1.786.293	(262.417)	-	-	(135.071)	871.271
2019										
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Outros ajustes no resultado de equivalência	Percentual de participação	Resultado da equivalência patrimonial ajustada	Saldo do investimento
Investidas diretas										
Ebrasil Energia Ltda.	756	844.280	35	2.830	842.171	(6.028)	5.223	89,50%	(172)	753.743
Ebrasil Gas e Energia S.A.	115	190.057	2	350	189.820	71.500	(219)	99,99%	66.105	184.624
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	130.430	208.850	42.913	80.638	215.729	71.379	(10.268)	83,60%	49.405	180.347
Ebrasil Norte Geração de Energia Ltda.	4.249	8.423	58	429	12.185	(1.551)	583	99,99%	(968)	12.184
Termocabo S.A (i)	44.839	26.055	14.422	564	55.908	13.962	(620)	24,00%	2.731	11.834
Total controladora em 31 de dezembro de 2019	180.389	1.277.665	57.430	84.811	1.315.813	149.262	(5.301)	-	117.101	1.142.732
Investidas indiretas										
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A.	16.186	1.668.994	24	-	1.685.157	(11.984)	(5.223)	50,00%	(11.215)	842.578
Centrais Elétricas da Paraíba - EPASA	294.877	470.864	93.513	216.232	455.995	158.838	534	41,66%	66.706	184.799
Total consolidado em 31 de dezembro de 2019 (i)	311.063	2.139.858	93.537	216.232	2.141.152	146.854	(4.689)	-	58.222	1.039.211

- (i) O total dos valores consolidados de investimento e equivalência patrimonial, não eliminados no processo de consolidação, referem-se a: investida direta Termocabo S.A. e as investidas indiretas, Centrais Elétricas de Sergipe S.A – CELSEPAR e Centrais Elétricas da Paraíba S.A. – EPASA.
- (ii) Conforme descrito na nota explicativa 1.2, novas Empresas foram constituídas durante o exercício de 2020 sendo a Eletricidade do Brasil S.A. a acionista controladora. A Ebrasil tem o compromisso em instrumento societário de constituição das investidas de efetuar a integralização de capital até Dezembro/2021. Em 31 de dezembro de 2020, as investidas não estavam em operação e não tiveram movimentações financeiras. A controladora, mantém obrigação no passivo circulante correspondente ao compromisso de aporte de capital, de forma que no patrimônio líquido das investidas os mesmos montantes estão como capital a integralizar.

c. Movimentação dos investimentos

	Investidas diretas										
	EBE [a]		EGAS [b]		EPESA [c]		ENORTE [d]		Petroleo e Gás [e]	Energias Renováveis [f]	LNG Holding [g]
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2020	2020
Saldo inicial em 1o. de janeiro	753.743	579.084	184.625	195.674	180.348	178.902	12.184	13.362	-	-	-
Aumento de capital	12.523	174.822	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital social subscrito (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	73.066	1.000	8
Equivalência patrimonial ajustada	(156.344)	(5.395)	40.964	66.324	61.613	59.673	(2.180)	(1.551)	(2)	-	(1)
Recebimento de dividendos	-	-	(39.786)	(77.147)	(51.232)	(47.959)	211	(210)	-	-	-
Outros ajustes	-	5.232	22	(226)	(561)	(10.268)	-	583	2	-	1
Saldo final em 31 de dezembro	609.922	753.743	185.825	184.625	190.278	180.348	10.215	12.184	73.066	1.000	8

	Investidas indiretas						Controladora		Consolidado	
	Termocabo [h]		CELSEPAR [i]		EPASA [j]		Total [a] até [g]		Total [h]+[i]+[j]	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial em 1o. de janeiro	11.834	13.154	842.578	648.284	184.799	183.390	1.142.732	980.176	1.039.211	844.828
Aumento de capital	-	-	1.400	195.242	-	-	12.523	174.822	1.400	195.242
Capital social subscrito (*)	-	-	-	-	-	-	74.074	-	-	-
Equivalência patrimonial ajustada	3.269	3.351	(173.972)	(5.992)	35.632	66.172	(52.571)	122.402	(135.071)	63.531
Recebimento de dividendos	(1.359)	(3.258)	-	-	(39.679)	(64.763)	(92.166)	(128.574)	(41.038)	(68.021)
Outros ajustes	1.584	(1.413)	-	5.044	5.185	-	1.048	(6.092)	6.769	3.631
Saldo final em 31 de dezembro	15.328	11.834	670.006	842.578	185.937	184.799	1.085.642	1.142.732	871.271	1.039.211

(*) Transação não teve impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa.

14 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição da conta

	Taxas anuais de depreciação (%)	2020			2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Total	Custo	Depreciação acumulada	Total
Máquinas e equipamentos	3,33 e 10	204.088	(101.366)	102.722	204.086	(93.854)	110.232
Construções	4	82.864	(51.399)	31.465	82.864	(49.176)	33.671
Moveis e utensílios	10	2.968	(2.410)	558	2.846	(2.252)	594
Terrenos	-	1.058	-	1.058	1.058	-	1.058
Veículos	20	1.241	(1.162)	79	1.281	(1.138)	147
Equipamentos eletrônicos	20	3	-	3	36	-	36
Imobilizado em curso	-	1.978	-	1.978	1.842	-	1.842
Total		294.200	(156.337)	137.863	293.960	(146.420)	147.544

b. Movimentação do custo

	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	204.086	2	-	204.088
Construções	82.847	-	-	82.864
Moveis e utensílios	2.846	122	-	2.968
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	1.281	-	(40)	1.241
Intangível	36	-	(33)	3
Obras em andamento	1.842	136	-	1.978
	293.960	260	(74)	294.200

	Saldo 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	204.203	215	(98)	204.086
Construções	82.834	13	-	82.847
Moveis e utensílios	2.799	50	(3)	2.846
Terrenos	1.058	-	-	1.058
Veículos	1.321	-	(40)	1.281
Obras em andamento	2.473	-	(631)	1.842
	294.688	278	(772)	293.960

c. Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Máquinas e equipamentos	(93.854)	(7.512)	-	(101.366)
Construções	(49.176)	(2.223)	-	(51.399)
Moveis e utensílios	(2.252)	(158)	-	(2.410)
Veículos	(1.138)	(24)	-	(1.162)
	(146.420)	(9.917)	-	(156.337)

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Máquinas e equipamentos	(85.145)	(8.709)	-	(93.854)
Construções	(45.799)	(3.377)	-	(49.176)
Moveis e utensílios	(2.071)	(181)	-	(2.252)
Veículos	(996)	(142)	-	(1.138)
	(134.011)	(12.409)	-	(146.420)

Depreciação e amortização das controladas

Foram apropriados ao resultado consolidado do exercício, despesas com depreciação e amortização no montante de R\$ 9.917 em 2020 (R\$ 12.409 em 2019).

Garantias das controladas

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato como principal da dívida, juros, comissões, multas e despesas, a controlada EPESA ofereceu como garantia ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Privada de Debêntures não Conversíveis (FI-FGTS 100%) os grupos geradores adquiridos originalmente na instalação das usinas, transformadores e terreno.

Recuperação do valor residual dos ativos da controlada EPESA

Considerando que para alguns ativos a vida útil estimada é mais longa que os contratos para a comercialização de energia (até 31 de dezembro de 2023), as alternativas para a recuperação do valor residual são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no país ou no exterior; (ii) utilização dos ativos que estarão em ótimo estado de conservação devido à baixa previsão de despacho, nos novos leilões, editais e concorrências, considerando que a sua autorização pela ANEEL para operar é 35 anos; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores reservas para indústrias, auto geração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza etc.

Com base em sua melhor estimativa, a Companhia realizou análise de impairment do seu ativo imobilizado e ativo diferido (Nota Explicativa nº 15), com base nas projeções do resultado futuro até 2023. Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto a qual reflete o custo médio de oportunidade da Companhia (8% a.a.), gerando um fluxo de caixa livre que supera substancialmente o valor residual projetado para 2023. Por essa razão, a Administração entende que não existe imparidade entre os valores registrados, portanto, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras

Recuperação do valor residual dos ativos ENORTE

Alternativas para a recuperação do valor residual da ENORTE são, entre outras, (i) desmobilização e venda dos grupos geradores e chapas de aço no País ou no exterior; (ii) utilização em futuros contratos se a Empresa vencer novos leilões, editais e concorrências para geração; e (iii) destinação para outras atividades, como geradores de reservas para indústrias, autogeração, tancagem de combustíveis de qualquer natureza.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Areva (i)	-	-	7.571	7.574
Transmissoras (ii)	-	-	345	346
BR Distribuidora (iii)	-	-	199	-
Twenty Six Trading (iv)	-	-	-	81
HDI Global Seguros	-	-	548	390
Outros	123	20	1.056	666
Total	123	20	9.719	9.057

- (i) Em 16 de novembro de 2007, a controlada EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Companhia ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 23. Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador.
- (ii) Tarifa paga pela controlada EPESA, mensalmente para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST").
- (iii) Refere-se a aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS adquiridos à vista, aproveitando-se de descontos financeiros.
- (iv) Refere-se a aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada EPESA.

16 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Banco Safra	-	6.058
Total	-	6.058

b. Modalidades e condições de negociação:

Modalidade	Custo captação	Vencimento	Parcelas	Consolidado	
				2020	2019
Banco Safra - EBRASIL	3,43% a.a.	jun/20	-	-	6.058

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial	6.058	76.291
Captações	-	-
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	832	2.918
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(6.795)	(70.226)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	(95)	(2.926)
Saldo final	-	6.058

17 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Principal	194.444	250.000	237.194	307.000
Juros	281	568	280	1.024
	194.725	250.568	237.474	308.024
Circulante	56.230	56.124	69.383	69.733
Não circulante	138.495	194.444	168.091	238.291

a. Controladora

Emissão e encargos

Em 31 de janeiro de 2018 a controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 60.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 2,10% a.a.

Em 15 de agosto de 2019, a controladora emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$ 250.000 que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo Banco Bradesco BBI. As debêntures são remuneradas pela DI acrescidas de 1,43% a.a. e serviram para resgate antecipado da 2ª emissão, aporte de capital em investimento e gestão ordinária dos negócios.

b. Consolidado

Emissão e encargos

Em 22 de janeiro de 2009, a controlada EPESA emitiu debêntures não conversíveis, com garantia real, no valor total de R\$171.000, que foram integralmente subscritas e integralizadas pelo FI-FGTS. As debêntures são remuneradas pela variação da Taxa Referencial (TR) acrescidas de 10% a.a.

Não circulante (Consolidado)

As parcelas classificadas no não circulante apresentam o seguinte cronograma de desembolso:

	2020	2019
2021	-	69.103
2022	68.552	68.552
2023	68.552	68.552
2024	30.987	32.084
Total	168.091	238.291

A movimentação das debêntures está demonstrado abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	250.569	51.840	308.024	122.553
Captações	-	250.000	-	250.000
Juros incorridos sobre debêntures	9.914	7.642	14.646	13.694
Pagamento de principal sobre debêntures	(55.556)	(50.000)	(69.806)	(63.154)
Pagamento de juros sobre debêntures	(10.202)	(8.913)	(15.390)	(15.069)
	<u>194.725</u>	<u>250.569</u>	<u>237.474</u>	<u>308.024</u>

Garantias

A controlada EPESA e seus acionistas ofereceram no instrumento particular de escritura da emissão das debêntures as seguintes principais garantias:

- Manutenção 3x principal e juros em conta reserva do serviço da dívida;
- Alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia;
- Penhor dos direitos emergentes das outorgas para geração de energia;
- Alienação fiduciária dos principais equipamentos das usinas, ou seja, os grupos geradores e transformadores adquiridos originalmente na implantação das usinas;
- Hipoteca do imóvel no qual estão localizadas as usinas;
- Direitos creditórios decorrentes da receita fixa dos contratos de comercialização CCEAR; e
- Receita variável dos CCEAR que exceder à parcela comprometida com a garantia constituída em benefício da fornecedora do combustível.
- Em relação a 2ª emissão de debêntures realizada pela Ebrasil foram consideradas estas as principais garantias:
- Alienação fiduciária da totalidade das ações da Ebrasil Gás e Energia detidas pela emissora;
- Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de sua titularidade decorrente da distribuição de dividendos da EPASA,, considerando que a Ebrasil Gás e Energia deve possuir pelo menos 41,66% do capital social; e
- Direito creditório referente ao contrato de conta vinculada junto ao Banco Bradesco S.A.

Cláusulas restritivas

As principais cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) do instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debêntures não conversíveis da controlada EPESA que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem:

- Não alterar sem anuência o objeto social, o controle acionário, emitir novas ações, realizar reorganizações societárias ou alterar o formato societário de S.A. para Ltda.
- Manter Índice de Cobertura a Serviço da Dívida acima de 1,3x.

- Manter adimplência com tributos federais, estaduais e municipais.
- Não ter pedido de falência, recuperação judicial, pedir recuperação extrajudicial, etc.
- Não ter títulos protestados acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).
- Deixar de cumprir sentença judicial transitada em julgado.
- Não ter vencimentos antecipados de quaisquer dívidas.
- Não alienar ativos acima de R\$1.000 (limite atualizado pelo IPC-A).
A Administração do Grupo e da controlada EPESA está cumprindo com todas as obrigações acima e não tem conhecimento de qualquer manifestação pelo agente fiduciário de descumprimento de obrigações contratuais que configurem em antecipação da dívida.

As principais cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”) do instrumento particular de escritura da terceira emissão privada de debêntures não conversíveis da EBRASIL que configuram em antecipação da dívida ou ônus para a Companhia são como seguem:

- Inadimplemento de quaisquer de suas respectivas obrigações pecuniárias referente as debêntures;
- Liquidação, dissolução, intervenção ou extinção e/ou qualquer outro evento que caracterize o estado de insolvência da Companhia;
- Decretação de falência da Companhia, das garantidoras pessoas jurídicas ou de qualquer controlada; pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial formulado pela Companhia; e
- Utilização dos recursos captados com a Emissão para outro propósito.

18 Obrigações tributárias (Consolidado)

	Consolidado	
	2020	2019
PIS/COFINS e ISS sobre receita	1.167	868
Retenções de terceiros	144	112
IRRF a recolher	13	4
Outros	12	8
Total	1.336	992

19 Taxas regulamentares (Consolidado)

	Consolidado	
	2020	2019
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	178	91
Ministério de Minas e Energia -MME	89	44
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	22.412	21.379
	22.679	21.514
Circulante	12.590	11.706
Não circulante	10.089	9.808

Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a Companhia possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios abaixo definidos pela ANEEL:

- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNCDT);
- 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL;
- 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos mensalmente ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O saldo em aberto, atualizado mensalmente por juros SELIC, refere-se aos recursos que aguardam liberação de projetos contratados e em fase de prospecção.

Maiores detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.ebrasilenergia.com.br.

20 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2020	2019
Obrigações trabalhistas e sociais	1.111	949
Encargos de transmissão	1.444	1.387
Outros	193	191
Total	2.748	2.527

21 Provisão para contingência (Consolidado)

	2020	2019
Contingência Cível	429	429
Contingência trabalhista (a)	706	619
	1.135	1.048

a. Trabalhistas

A controlada EPESA é parte passiva em 38 processos trabalhistas, que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é provável. Dessa forma, a Companhia mantém provisão para contingência no montante de R\$ 706. A controlada possui no exercício de 2020 o montante total de R\$ 2.404 (R\$ 3.873 em 2019) de causas trabalhistas consideradas como de perda possível.

EPESA

b. Cíveis e tributárias

A Companhia possui no exercício de 2020 o montante total de R\$ 2.354 (R\$ 429 em 2019) de causas tributárias consideradas como de perda possível.

A Sociedade é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas.

Considerando a sentença e acórdão já proferidos nos processos temos o que segue:

Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 15), que foram sustados sob a alegação de que: (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Sociedade ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo foi julgado totalmente procedente pelo juízo de primeiro grau, tendo o Tribunal em sede de Recurso de Apelação mantido a sustação dos Protestos.

A Companhia, em função da discussão travada no conjunto processual acima, iniciou tais trâmites com citado processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Sociedade incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor.

Cumprido destacar que esta matéria foi vencida pela Sociedade em 2 (duas) instâncias, porquanto a sua expectativa de perda é classificada como “remota”, pelos mesmos consultores

Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto o recurso de apelação foi devidamente julgado em 31/10/2019 dando parcial provimento ao apelo, mantendo a sustação dos protestos por indevidos e afastando a condenação em danos materiais. Em 03/12/2020 por maioria dos votos, acolheu-se os embargos de declaração da Companhia, com efeitos infringentes e rejeitou-se os embargos da Areva.

Classificamos o risco do processo como remoto, tendo um crédito a receber que será apurado em liquidação de sentença.

ENORTE

Causas de perdas prováveis

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R\$ 429.

22 Impostos diferidos (Consolidado)

Ativos:

	Consolidado	
	2020	2019
IRPJ e CSLL diferidos (i)	3.149	3.149
Total	3.149	3.149

- (i) O ativo fiscal diferido está reconhecido na controlada ENORTE e refere-se a saldo de prejuízo fiscal acumulado a ser utilizado nas apurações de lucros tributáveis futuros. Devido o crédito não ter prazo de prescrição, a Administração entende que os fluxos de caixa a serem gerados, ajustados a atual realidade da Empresa, serão suficientes para gerar lucros tributáveis e, conseqüentemente, utilizar os referidos créditos.

Passivos:

	Consolidado	
	2020	2019
IRPJ e CSLL diferidos (i)	29.441	26.201
Total	29.441	26.201

- (i) A controlada EPESA vem registrando fiscalmente a diferença de taxa de depreciação anual dos equipamentos grupos geradores entre o que está sendo contabilizado com base na sua vida útil estimada de 3,33% a.a. e a taxa permitida pela legislação do imposto de renda de 10% a.a. Esse fato tem provocado anualmente uma exclusão temporária desde 2013, com efeito retroativo ao ano-base de 2009, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, conseqüentemente refletindo na contabilização dos respectivos impostos diferidos, registrados no passivo não circulante.

A reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social, estão informadas na nota 30.

23 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o capital social subscrito e integralizado era representado por 120.590.172 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), pertencentes na sua totalidade à DC Energia e Participações S.A. (“DC Energia”).

a. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos ao art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b. Reserva de Incentivos Fiscais

A controlada EPESA, conforme legislação de incentivos fiscais do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, tem direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, referente a oferta de disponibilidade de potência e geração de energia elétrica.

c. Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia possui recursos aportados por sócio para fins de futuro aumento de capital no montante de R\$ 385.488, a Administração considera que há previsão de capitalização, de forma irrevogável e irretroatável até o final de 2021.

d. Dividendos

Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, uma vez constituídas a Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Investimentos (Art. 196), os lucros deverão ser distribuídos como dividendos.

Em 2019, a Companhia pagou dividendos apurados no exercício de 2019 no valor de R\$ 44.839, que inclui os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 25.469 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2019, referendada na AGO de aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2019, vide quadro abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido	102.948	110.988
(-) Constituição da reserva legal	<u>(1.072)</u>	<u>(5.550)</u>
(=) Lucro a distribuir	101.876	105.438
(x) Percentual do dividendo mínimo obrigatório	<u>25%</u>	<u>25%</u>
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	25.469	26.360
(+) Dividendos intercalares	<u>19.370</u>	<u>76.486</u>
(=) Total dos dividendos do ano	<u>44.839</u>	<u>102.845</u>

Em função da proposição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício de 2019, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 57.037 que fica mantido na conta de Reservas de Retenção de Lucros, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento.

Em face ao prejuízo apurado em 2020, a Companhia pagou dividendos da conta de Reserva de Lucros no valor de R\$ 16.690, a ser referendada na AGO de aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2020.

24 Partes relacionadas

A Companhia tem como principal acionista a DC Energia e Participações S.A., que representa 100% do capital.

A EBRASIL iniciou operações de mútuos com a controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – EPESA em 15 de junho de 2020 no montante de R\$ 46.195 corrigida por CDI + 2,0% a.a..

Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos e foram feitos em condições definidas entre as partes.

a. Composição dos saldos e transações

As transações com partes relacionadas compreendem operações vinculadas ao objeto social e contratos do Grupo.

	2020				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Ebrasil Energia Ltda. (i)	953	-	12.217	-	1.441
Ebrasil Norte Geração de Energia	120	-	-	-	121
Vigus Engenharia Ltda	192	-	192	-	-
Suape Ambiental	21	-	21	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. (ii)	-	46.195	5.955	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	350	199	-	200	352
Petróleo e Gás (iii)	-	73.066	2.033	-	-
Ebrasil LNG Holding (iii)	-	8	2	-	-
Ebrasil Energias Renováveis (iii)	-	1.000	-	-	-
Total	<u>1.636</u>	<u>120.468</u>	<u>20.420</u>	<u>200</u>	<u>2.077</u>

	2019				
	Controladora		Consolidado		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
EBRASIL Energia Ltda	953	-	1.702	-	1.037
Vigus Engenharia Ltda	192	-	-	-	-
Suape Ambiental	21	-	-	-	-
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	-	-	-	-	163
EBRASIL Gás e Energia Ltda	345	199	(283)	199	350
Total	1.510	199	1.419	199	1.550

- (i) Corresponde substancialmente a operação de crédito realizada entre a controlada Ebrasil Energia Ltda. e a Celsepar - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. por meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pela Companhia às partes relacionadas. O valor do principal no montante de R\$ 10.400 terá incidência de juros à taxa de 125% do CDI. A EBE possui ainda mútuo no montante de R\$ 1.702 com a GG Power Participações S.A.
- (ii) Operações de crédito realizadas por meio de conta corrente sem definição do valor do principal, decorrentes de mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas, concedidos pela Companhia às partes relacionadas. O valor do principal terá incidência de juros à taxa de CDI acrescido a 2% a.a. (dois por cento ao ano). A forma de pagamento será convencionada entre as partes em até 5 anos. A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos entre partes relacionadas:

	Movimentação
Saldo em 01 de janeiro de 2020	-
Empréstimos a partes relacionadas recebidos	115.265
Encargos	1.257
Pagamento de partes relacionadas	(70.327)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	46.195

- (iii) Foram constituídas novas Empresas controladas, não sendo a Companhia a única acionista nessas novas entidades (nota 1.2). Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não integralizou o capital social nas investidas no montante de R\$ 74.074, com a obrigação de realizar a integralização até Dezembro/2021 conforme atos societários correspondentes.

25 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita de disponibilidade de energia elétrica	129.789	125.764
Receita de venda de energia elétrica	41.929	59.908
Mercado de Curto Prazo (i)	525.777	-
Receita de aluguel e prestação de serviços	266	992
Suprimento de energia elétrica	697.761	186.664
Deduções da receita operacional		
(-) PIS / COFINS	(64.543)	(17.267)
(-) Programa de P&D e eficiência energética	(618)	(668)
(-) Taxa de fiscalização	(926)	(1.001)
Total das deduções da receita operacional	(66.087)	(18.936)
Receita líquida operacional	631.674	167.728

EPESA

A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade.

A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS.

Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 19).

- (i) Do montante total de R\$ 525.777 o saldo de R\$ 513.222 corresponde a operação de Compra e venda de energia no âmbito da CCEE para diminuir a exposição da CELSE à flutuação de preços de energia (PLD), afastando assim penalidades pelo atraso no início da operação comercial, conforme critérios da RES. ANEEL 595/2013 e conseqüente impacto negativo no grupo econômico.

ENORTE

A receita da controlada ENORTE corresponde a locação de equipamentos, oriunda de contrato celebrado com a Aggreko, que perdurou até abril de 2020.

26 Custos dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Óleo diesel (i)	(26.662)	(26.771)
CUST (ii)	(15.448)	(15.000)
Depreciação	(9.663)	(12.057)
Amortização do diferido	-	(971)
Recomposição do sistema (iii)	1.109	(1)
Mão de obra direta	(5.421)	(5.946)
Serviços e outros	(3.386)	(4.769)
Baixa por créditos oriundos de diferimento de ICMS (Vide Nota 11(i))	(50.838)	-
Sistema de contabilização e liquidação das diferenças (iv)	(414.022)	(1.320)
Total de custos dos serviços prestados	<u>(524.331)</u>	<u>(66.835)</u>

- (i) Óleo diesel adquirido para geração de energia de acordo com despachos do O N S, sendo o principal fator para redução a redução do despacho médio que foi de 1,68% em 2019 (3,38% em 2018), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (ii) O principal custo recorrente refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e dos componentes da rede básica, conforme definido em Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho de energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia.
- (iii) Custos resultantes de participação no Mercado de Curto Prazo (MCP).
- (iv) Operações realizadas na CCEE - Corresponde a operações realizadas no curto prazo nas seguintes configurações:

- Compras de energia no mercado Spot para repor garantia de disponibilidade prevista em contrato de concessão;
- Operação em modo de inflexibilidade também prevista no contrato de concessão;
- Despacho complementar para manutenção da reserva de potência operativa disposta na Resolução Normativa ANEEL 822/2018.
- Operação de compra e venda de energia conforme nota explicativa 25.

27 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços contratados (i)	(1.240)	(1.596)	(9.841)	(6.205)
Pessoal administrativo (ii)	-	-	(7.496)	(6.039)
Impostos e taxas	-	-	(718)	(714)
Depreciação	-	-	(310)	(484)
Telefonia e serviços de apoio	-	-	(43)	(50)
Outros (iii)	(196)	(289)	(5.024)	(3.838)
Total das despesas administrativas	(1.436)	(1.885)	(23.432)	(17.330)

- (i) Serviços de consultoria contratada, inerentes a manutenção do negócio. Em 2020 o incremento na conta no consolidado ocorreu devido ao pagamento de serviços jurídicos e de terceiros e projeto da LNG.
- (ii) Despesas de pessoal necessário a manutenção do negócio.
- (iii) Corresponde à demais despesas incorridas, tais como: seguros e taxas diversas.

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado	
	2020	2019
Custo desativação de imobilizado (i)	-	182
Outros	26	1
	26	183

- (i) Custo de desativação do imobilizado da ENORTE na venda de equipamentos.

29 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	-	-	5	38
Juros sobre aplicações financeiras	1.290	1.790	4.035	5.003
Juros contratos de mútuos	-	-	1.578	-
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	4.075	-	4.075	-
Juros e rendimentos	135	-	1.528	893
	5.500	1.790	11.221	5.934

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(9.914)	-	(14.647)	(6.052)
Juros sobre empréstimos	(832)	-	(832)	-
Juros e IOF sobre empréstimos	-	-	-	(66)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(1.757)	-	(1.757)	-
Juros e multas pagos a fornecedores	(1.988)	(14.058)	(3.157)	(15.572)
	(14.491)	(14.058)	(20.393)	(21.690)
Resultado financeiro, líquido	(8.991)	(12.268)	(9.172)	(15.756)

30 Impostos correntes (Consolidado)

(i) Impostos correntes ativos:

	2020	2019
IRPJ corrente a pagar	6.307	4.451
CSLL corrente a pagar	1.458	1.124
	7.765	5.575

(ii) Impostos correntes passivos:

	2020	2019
IRPJ corrente a pagar	908	753
CSLL corrente a pagar	2.168	4.376
	3.076	5.129

(iii) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Os saldos de impostos correntes do Grupo é composto substancialmente pela apuração da controlada EPESA, a reconciliação dos principais números da controlada está relacionada abaixo:

Apuração EPESA:

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	87.915	87.915	83.532	83.532
Adições (exclusões) permanentes				
Doações e brindes	1.341	1.341	920	920
Outros	90	90	3	3
Depreciação	(9.527)	(9.527)	(9.525)	(9.525)
Incentivo Fiscal - Lei do Bem	(1.941)	(1.941)	(1.758)	(1.758)
Base de cálculo	77.877	77.877	73.172	73.172
IRPJ e CSLL correntes	(19.445)	(7.009)	(18.269)	(6.585)
Outros ajustes fiscais	1.516	162	1.093	-
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ	13.801	-	14.847	-
IRPJ e CSLL diferidos	(2.382)	(857)	(2.382)	(857)
Resultado IRPJ e CSLL	(6.510)	(7.704)	(4.710)	(7.443)
Alíquota efetiva	7,40%	8,76%	5,64%	8,91%

As alíquotas nominais são 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, porém a Companhia pode reduzir em 75% o imposto de renda sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito, por estar situada na área incentivada pela SUDENE. A Companhia obteve o Laudo Constitutivo com a SUDENE em 19 de dezembro de 2012, o qual foi referendado pela Receita Federal do Brasil, conforme Ato Declaratório Executivo nº 142 de 27 de agosto de 2013.

Em 2020 foi registrado no resultado imposto de renda diferido de R\$ 2.382 (R\$ 2.382 em 2019) e contribuição social diferida de R\$ 857 (R\$ 857 em 2019), decorrentes principalmente da diferença de taxa de depreciação dos grupos geradores, entre a taxa permitida pelo Fisco e a taxa registrada contabilmente no exercício.

31 Instrumentos financeiros

O Grupo revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- **Aplicações financeiras** - são classificados como caixa e equivalentes de caixa. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável;
- **Fornecedores** - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado.
- **Empréstimos** - o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e tem como objetivo a proteção às variações de câmbio (moeda). A determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures não conversíveis** - estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizável, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores contábeis consolidados dos instrumentos financeiros se assemelham aos de mercado, como segue:

Instrumento financeiro	Categoria	Hierarquia	2020		2019	
			Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	142.186	142.186	107.962	107.962
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	-	36.040	36.040	22.583	22.583
Outros contas a receber	Mensurado ao custo amortizado		21.974	21.974	16.097	16.097
Passivos financeiros						
Conta reserva serviço da dívida	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.280	5.280	5.158	5.158
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	-	9.719	9.719	9.057	9.057
Empréstimos e financiamentos	Mensurado ao custo amortizado		-	-	6.058	6.058
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	Nível 2	237.474	209.045	308.024	260.375
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.082	8.082	8.082	8.082

A Administração considerou a LTN – Letras do Tesouro Nacional como uma taxa livre de riscos para cálculo do valor de mercado da debêntures para fins de apresentação nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019, adicionalmente o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. Para os demais ativos e passivos o Grupo não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Gerenciamento de riscos

A Administração realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da Companhia é a disponibilidade de usinas para geração de energia termoeletrica, reguladas pela ANEEL.

A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado.

As operações da Companhia e suas controladas que estão sujeitas a fatores de risco são como segue:

- **Risco de liquidez** - Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Companhia possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor Contábil	6 meses	06-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores EPESA	9.564	1.993	-	-	7.571	-
Debêntures EPESA	42.750	7.300	7.300	29.202	3.650	-
Debêntures EBRASIL	194.725	14.125	14.125	111.347	54.678	-
	<u>247.039</u>	<u>23.418</u>	<u>21.425</u>	<u>140.549</u>	<u>65.899</u>	<u>-</u>

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R\$ 5.280 (R\$ 5.158 em 2019) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 11).

- **Risco taxa de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e suas controladas é:

	2020	
	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados	194.725	237.475
Debêntures (10% a.a.)		
	2019	
	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados		
Debêntures (10% a.a.)	250.569	308.024
Juros basicamente pós-fixados	-	-
Sanco Safra	6.058	6.058

- **Risco de variação cambial** - O risco de variação cambial está ligado ao risco de mercado e decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio que possam gerar prejuízos, levando uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações.

A principal exposição de variação cambial se refere à flutuação do Dólar. São utilizados instrumentos de derivativos financeiros, cujo portfólio consiste, basicamente, de contratos de termo de moeda — Non Deliverable Forward (NDF).

No quadro abaixo, demonstramos as posições da Companhia com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado, a saber:

Descrição	Moeda	Vencimento	Valor de		Moeda	Valor	
			referência - (<i>Notional</i>)			justo - (<i>MTM</i>)	
			2020	2019		2020	2019
Contratos a Termo (NDF)							
Moeda estrangeira – Posição Vendida	USD	2021	65.000	-	R\$	4.075	-
Moeda estrangeira – Posição Compras	USD	2021	15.000	-	R\$	(1.757)	-
Total	USD		80.000	-	R\$	2.318	-

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Companhia, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	2020		2019	
	USD	R\$	USD	R\$
Passivo				
Instrumentos financiamentos derivativos	(1.217)	(6.325)	-	-
	(1.217)	(6.325)	-	-

- **Risco de crédito** - O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R\$ 36.040 (R\$ 22.583 em 2019). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público.
- **Risco de aceleração de dívidas** - A Companhia e sua controlada EPESA possuem debêntures contendo cláusulas restritivas (“*covenants*”), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Companhia e suas controladas e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações.
- **Risco de gerenciamento de capital** - A política da Companhia e suas controladas prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional.
- **Risco matéria prima** - É o risco de a EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, frete FOB (responsabilidade do emitente), por preço prefixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo desse contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Esse contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de cinco dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atenderem ao despacho. Essa cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009.

Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por cinco dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Companhia gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora.

* * *

Diretoria

Dionon Lustosa Cantareli Junior
Diretor Presidente

Carlos Wilson S. Ribeiro
Diretor Financeiro

Kátia Cilene de Oliveira Jucá e Lima
Diretora de Controladoria

Richard Kehrer Kovacs
Diretor de Novos Negócios e Planejamento

Mayara Peixoto Quintino Martorelli
Contadora
CRCPE 021.099/O-5